

Comissão apresenta relatório anual e discute substituição de servidores no regime do teletrabalho



tacou que a Comissão vai trazer a cada reunião elementos novos dessa vivência e do que vem sendo discutido pela equipe. Segundo a magistrada, em atenção ao que foi abordado e ao que virá mais adiante, o número de servidores que aderirem ao regime de teletrabalho vai aumentar, novas demandas vão surgir e o regime vai ser aperfeiçoado.

Participaram do encontro o diretor-geral do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra; a diretora da Divisão de Saúde Ocupacional, Cristiane Afonso Balieiro; a diretora do Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) Juliana de Freitas Prevelato; a chefe da assessoria do gabinete do desembargador federal Carlos Pires Bran-

dão e gestora de teletrabalho do 2º grau, Andréa Martins Alves; a diretora do Núcleo de Colocação e Avaliação de Desempenho (Nucad), Maria de Jesus Mendes Frazão; a supervisora da Seção de Avaliação de Desempenho e Acompanhamento Funcional (Sedaf), Claudia Sousa Lucena, e a servidora Marta Niemeyer Borges de Andrade.

Instituída pela Resolução Presi 6323305 que regulamenta o teletrabalho na Primeira Região, a Comissão tem a função de analisar os resultados apresentados pelas unidades participantes do novo regime e encaminhar ao presidente do Tribunal relatório anual dos resultados enviados.

Teletrabalho – De acordo com a Resolução, o teletrabalho é uma atividade laboral executada, em parte ou na totalidade, externamente às dependências do Tribunal, utiliza-se de informação e comunicação e visa aumentar produtividade e qualidade do trabalho de servidores, economizar tempo e reduzir custos de deslocamento.

Fonte: TRF1

Os membros da Comissão de Gestão do Teletrabalho, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, reuniram-se na manhã da última sexta-feira, dia 16, no TRF1, em Brasília, para discutir temas relacionados ao regime, entre os quais a convocação de servidor em teletrabalho para substituição de ocupantes de cargo em comissão. Esse assunto foi aprovado pelo grupo, que decidiu pela instituição de portaria para esclarecer tanto ao gestor quanto à Administração tais casos. A Comissão também apreciou os relatórios anuais dos resultados do teletrabalho enviados pelas Seções Judiciárias de Goiás e do Distrito Federal.

Durante exposição dos relatórios, a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas (Secgp), Estela Maria Barbosa da Cruz, demonstrou que os resultados alcançados desde a implantação do regime na 1ª Região foram positivos, atingindo 100% em relação ao padrão de qualidade esperado. Segundo consta no relatório, os servidores em teletrabalho obtiveram resultado acima das metas estabelecidas com relação ao trabalho presencial, destacando que 360 servidores da Primeira Região já aderiram ao regime do teletrabalho.

A juíza federal em auxílio à Corregedoria Regional, Maria Cecília de Marco Rocha, ao fim do encontro, ressaltou a importância das reuniões, parabenizou o grupo pela realização do evento e des-

Aniversariantes

Hoje: Paulo Henrique Rocha Mota (Turma Recursal).

Amanhã: Fabio Valois Ferreira (Juazeiro) e Lorena Assis Rizério (Vitória da Conquista).

Parabéns!

CAJU disponibiliza base de dados com mais de 700 e-books



A Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF), através da Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU), disponibiliza aos juizes federais a base de dados ProView, da editora Revista dos Tribunais, com mais de 700 e-books que podem ser lidos em quaisquer dispositivos.

Com a ProView, é possível pesquisar obras por texto ou palavra-chave, organizar notas, acessar rapidamente pontos importantes de cada livro e transferir anotações e marcadores para uma nova edição da obra.

Para ter acesso à base de dados, basta enviar e-mail para caju@cjf.jus.br;

depois, baixe o aplicativo ou acesse ProView; por último, faça login e altere a senha. Pronto! Agora você já pode acessar sua biblioteca de qualquer lugar.

CAJU - A Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU) fornece aos magistrados federais pesquisas e informações sobre doutrina, legislação e jurisprudência, a fim de subsidiar o julgamento de processos, bem como atualizar seus conhecimentos, contribuindo, assim, para uma prestação jurisdicional mais célere.

Mais informações pelos telefones (61) 3022-7278, 3022-7281 e 3022-7283.

Fonte: CJF

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



19/08/09 - Cidadãos mirins conhecem a Justiça Federal - A Seção Judiciária da Bahia teve nesta terça-feira, 18/08, uma manhã inusual com a visita ao Fórum Teixeira de Freitas de 50 alunos da 5ª série do ensino fundamental (6º ano) do Colégio Integral. Os meninos e meninas nunca tinham estado na nossa Justiça Federal e durante cerca de uma hora puderam conhecer um pouco da história, da competência e das diferenças entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual.

Os estudantes, que fotografavam tudo com seus celulares e câmeras digitais, foram acompanhados pelas professoras Marilene Castro, Marinalva César, Keila Teixeira e pelo especialista em turismo cultural e eventos educacionais, professor Angelo Cirne. Durante a visita, os alunos foram acompanhados por servidor da Seção de Comunicação Social (SECOS).

Após, uma explanação no Auditório Ministro Dias Trindade sobre a importância da nossa instituição, as atribuições da Justiça Federal, sua história e organização, os alunos receberam exemplares do manual que reúne informações sobre a competência e estrutura da Seção Judiciária da Bahia.

Em seguida o grupo se dirigiu à 3ª Vara Federal, lotando a sala de audiências daquela Unidade. O juiz federal Pompeu de Sousa Brasil (na foto ao lado, com parte da garotada), atendendo gentilmente a um pedido da SECOS, recebeu meninos, meninas e professores, esclarecendo sobre o papel da Justiça Federal e a importância que a nossa instituição tem na distribuição da justiça. Dr. Pompeu respondeu a várias perguntas dos pequenos visitantes, saudando a iniciativa dos professores e parabenizando os alunos pelo grande interesse demonstrado com perguntas extremamente pertinentes e curiosas.

Eduarda de Araújo, de 12 anos estava muito interessada no julgamento dos políticos corruptos e queria saber como a Justiça poderia acelerar os julgamentos pelos crimes desses políticos. (...)